

Mobiliza UEM

É necessário transformar a revolta em luta organizada para enfrentarmos os ataques à Universidade Pública
Maringá, Julho 2020 | Ano 01 | n.º 01

Boletim informativo do Grupo de Trabalho ‘Mobiliza UEM’

Desmonte consentido das Universidades Estaduais do Paraná: o caso dos docentes temporários da UEM

Desde o início da pandemia, a administração da UEM abandona completamente vários de seus docentes. Em 17 de março de 2020, assim que o decreto estadual de quarentena entrou em vigência, a PRH enviou um email para mais de 70 docentes em processo de contratação dizendo que estavam dispensados. Essa ação tecnocrata, escondida atrás de um email, impunha o desemprego aos trabalhadores bem no início da maior pandemia de todos os tempos. O discurso era de que os docentes não seriam necessários pois as aulas estavam suspensas. A luta organizada desses docentes, denunciando a atitude desumana da reitoria, exigindo o cumprimento do art.207 da constituição que garante autonomia às universidades, e que se considere todas as possibilidades e necessidades de atuação dos docentes para além das aulas curriculares, conseguiu reverter parcialmente a situação. Pressionada, a PRH reviu sua decisão e em 31 de março enviou um email a esses docentes dizendo que seriam contratados pois entendiam que “*as atividades dos docentes extrapolam as atividades de ensino presenciais*”.

No entanto, o discurso de valorização das demais atividades dos docentes se mostrou pura demagogia. Outros 74 professores que passaram nos mesmos testes dos demais, mas que por uma burocracia interna ainda não tinham sido convocados, foram solenemente ignorados. Amparada pelo Governo do Estado que também não deseja fazer as contratações, a reitoria voltou a reproduzir o discurso de que não os contratará enquanto as aulas na graduação

estiverem suspensas. Com o passar do tempo e com esses discursos de que são aulistas, um horizonte de desemprego ameaça outras centenas de docentes que estão atualmente contratados de forma temporária. Além disso, a reitoria joga ao lado das chantagens da SETI e de outros setores empresariais da educação, pressionando a universidade para que adote o ensino remoto.

Esta situação de insegurança não é novidade. Com a não contratação de docentes e técnicos efetivos, os últimos Governos do Paraná (Beto Richa e Ratinho Jr.) escancaram sua estratégia de desmonte da universidade pública. Em meio aos discursos desastrosos das reitorias e uma desarticulação da comunidade universitária para enfrentar o problema, a universidade vai abandonando a autonomia e fragmentando ainda mais o tripé ensino, pesquisa e extensão. Paulatinamente se consolida, no interior das universidades, uma nova categoria de trabalhadores com condições completamente desgastantes e de trabalhos intermitentes: a dos **servidores temporários**.

A contratação de servidores públicos temporários, por si só, já é um desafogo com os trabalhadores. No caso dos servidores do Paraná, a contratação em regime especial (CRES), expressa na Lei Estadual 108, de 18 de Maio de 2005, supostamente pretende suprir uma “necessidade temporária de excepcional interesse público”. No entanto, o interesse público não tem nada de temporário ou de excepcional, haja vista que todos os anos são contratados mais e mais servidores de forma

“temporária”. Assim, sob um véu aparentemente permissivo desta lei, os governos conduzem suas administrações submetendo os trabalhadores à inseguranças e chantagens.

Na UEM, os professores temporários já constituem 1/3 do corpo docente e são responsáveis por mais da metade das aulas dos cursos de graduação, uma vez que a resolução 070/2017, do conselho de Administração da própria UEM, impõe a eles uma carga horária de aulas mínima igual ao dobro da dos docentes efetivos. Além disso, a negação do direito de trabalharem em regime de dedicação exclusiva (TIDE), aliada a outras restrições criadas sob o discurso da fragilidade dos vínculos contratuais, minam ainda mais as possibilidades de realizarem orientações, projetos de pesquisa e de extensão, e de outras atividades essenciais da universidade.

Apesar da importância, da formação acadêmica acumulada e de já terem demonstrado evidente competência em vários anos de trabalho na universidade, esses docentes são obrigados a disputar as suas próprias vagas em testes seletivos cada vez mais exigentes e concorridos. Com tudo isso, o desgaste físico e emocional se acentua, pois acabam precisando trabalhar mais horas, inclusive em outras instituições, recebendo menores salários e sofrendo pressões para se manterem competitivos em um momento de acentuação da crise capitalista e de acirramento das disputas por empregos. Para piorar, vivem a insegurança de contratos semestrais que os deixam sem saber até quando poderão desempenhar a função para a qual tanto se prepararam, inclusive com investimentos públicos que financiaram seus estudos de mestrado e doutorado por vários anos. Essa atual “normalidade” tende a criar também sérios problemas para as próprias atividades de pesquisa e extensão, que acabam descontinuadas por falta de docentes. Os impactos negativos também se acentuam no ensino, que tende a ocorrer de forma mais

reprodutivista, desconectado do desenvolvimento científico.

Dentro de todo esse contexto, é revoltante que a administração da UEM continue com seus discursos de que os docentes só podem ser contratados para aulas. Nas discussões, dizem que é ilegal a contratação para exercer outras funções, como a pesquisa e a extensão, o que é uma mentira enorme, haja vista que inclusive já contrataram outros docentes nesta mesma situação, como mostramos no início deste texto. Com isso, fazem uma leitura completamente deturpada das leis, conveniente para demonstrar o seu alinhamento ao Governo do Estado, e jogam na lata do lixo os princípios constitucionais da indissociabilidade do tripé e da autonomia universitária.

A não contratação imediata dos docentes temporários, ainda mais quando corroborada pelas falas da própria administração da UEM, acentua o desmonte e aprofunda a crise na universidade brasileira.

Por isso reforçamos a necessidade de chamar toda a comunidade para se manifestar sobre essa questão. Precisamos exigir a contratação imediata desses docentes e voltar a colocar na ordem do dia o projeto de universidade que precisamos: pública, democrática, popular e organizada para atender as necessidades reais da classe trabalhadora. Caso contrário, se aceitarmos agora a não contratação desses docentes por não estarmos em aulas e nos acomodarmos perante a precarização dos contratos, o caminho trilhado será de uma universidade de ensino capenga, reprodutivista, completamente submetida aos interesses do mercado, assemelhando-se aos objetivos dos grandes conglomerados empresariais da educação, que se guiam através da lógica do lucro financeiro. ■

O ensino remoto e o problema da universidade brasileira

Dante da impossibilidade de aglomerações provocadas pela pandemia da Covid-19 a medida de suspensão das aulas foi uma das primeiras a ser tomada por prefeitos e governadores. Não tardou para que, na rede básica de ensino, a alternativa do ensino por via remota fosse adotada. Essa mesma solução foi proposta para as universidades públicas, no entanto, tendo em vista que tais instituições constituem autarquias e isso lhes proporciona autonomia na tomada de decisões, a adesão ao ensino remoto não se deu de pronto. No caso da Universidade Estadual de Maringá (UEM), após inúmeras reuniões da Câmara de Graduação (CGE) e do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEP) foi aprovada no dia oito de maio deste ano a resolução 004/2020 que suspendeu o calendário letivo e abriu a possibilidade de cada departamento pensar atividades não obrigatórias (cursos, palestras, eventos, pesquisas, etc.) que poderiam ser voltadas ao enfrentamento das crises econômica e sanitária. Dentre outras coisas, a decisão levou em conta o fato de mais de mil alunos terem declarado que não teriam condições de acompanhar as aulas por via remota, por não disporem das condições materiais adequadas. A resolução aprovada foi importante pois possibilitou que a universidade, que não estava parada, continuasse sem quebrar seu tripé de ensino, pesquisa e extensão com o foco no enfrentamento dessas crises. Em resumo, a universidade não parou a maioria das suas atividades fundamentais e ainda multiplicou esforços em algumas frentes de combate direto à pandemia, principalmente no Hospital Universitário e no LEPAC - Laboratório de Ensino e Pesquisa e Análises Clínicas.

No entanto, o que era inicialmente apenas uma proposta logo tomou forma de pressão. A decisão da resolução 004/2020 foi ignorada pelo governo do Estado que começou a intensificar a pressão pela retomada das aulas por meio

remoto. Vale destacar que, neste cenário, a reitoria da UEM vem demonstrando claras intenções de ceder a pressão posta. No entendimento do Ratinho Júnior, atual governador do Paraná, a universidade só funciona se estiver tendo aulas. Seria isso mero equívoco de sua parte?

Temos um modelo de universidade desenhado desde a ditadura militar de 1964 e concretizado por meio da Reforma Universitária de 1968. Esse modelo permite colocar em desenvolvimento um projeto político para o Brasil, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, ou seja, desenvolver o nosso país para continuar sendo subserviente ao grande capital internacional, uma economia dependente dos países capitalistas centrais. Em 1996 com a mudança da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional alinhou-se a gestão das políticas de ensino superior com os órgãos supranacionais. Com o Plano Real (1994) e o processo de ampliação do sistema educacional o Brasil abriu brecha para a privatização do ensino.

No período em que o nosso país foi governado pelo Partido dos Trabalhadores - PT, vendeu-se uma ilusão para o povo de expansão do ensino superior e maior inclusão nas universidades. Para isso, Lula (PT) contou com a ampliação do programa de FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior criado em 1999 por Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e da criação do PROUNI - Programa Universidade para Todos em 2004. Programas que na sua aparência passam uma certa inclusão do povo no ensino superior, mas na sua essência sedimentaram a passagem do dinheiro público para o setor privado de educação, endividaram a classe trabalhadora e formou um grande número de desempregados, afinal, não existe emprego para formados no ensino

superior em um país que se coloca como “celeiro do mundo”. No mesmo período foi crescendo o número de instituições de ensino superior privado e a oferta do ensino a distância.

O ensino remoto é muito sedutor na aparência, por um lado explicita a suposta ideia de modernização do ensino e, por outro, difunde uma falsa compreensão de que o diploma universitário está ao alcance de todos, e mais, que basta consegui-lo para galgar melhores condições de vida. Mas em sua essência, num país de economia subserviente como o Brasil, o ensino remoto só pode representar uma coisa, intensificação da precarização do ensino, aprofundamento no subdesenvolvimento. Os que defendem o ensino remoto querem alcançar o modelo de universidade dos países do centro, mas não percebem que, por conta da relação do nosso país com o capital internacional, ocorre, na verdade, um afastamento desse modelo, ignoram também que esse modelo importado, não nos serve, pois não atenderá nossas necessidades e não nos levará ao desenvolvimento.

Ao passo que o ensino remoto beneficia ao capitalista que vende educação, haja vista que um vídeo é mais lucrativo do que o professor, o Estado enquanto cumpridor dos anseios da classe dominante, não pode e não abandonará a tarefa de possibilitar ao Brasil afundar de vez no abismo do subdesenvolvimento insuflando o ensino remoto como uma das investidas para esse feito. E nessa desculpa estapafúrdia de uma medida emergencial, a classe dominante, representada na figura dos governos, passa como um rolo compressor sobre a classe trabalhadora.

Os que defendem o ensino remoto, nesse momento, olham apenas para o mais imediato da questão (ter aulas, garantir o ano letivo, conquistar o diploma), mas ignoram os verdadeiros problemas que vem à tona com a adoção desta modalidade de ensino, entre eles a explícita queda na qualidade do ensino, o desgaste físico, psíquico e material dos

estudantes e professores e a formação pela formação, que quando colocada diante do cenário nacional de país subdesenvolvido mostra ser peça fundamental do projeto de país que eles constroem as custas do suor da classe trabalhadora.

Com a pretensão de destruir a máquina pública o governo avança, não sem resistência, com o apoio de uma parcela da população. Isso ocorre porque esses serviços não chegam até a totalidade da população que não os conhecem e não os servem, em especial, a universidade pública brasileira. Nesse avanço o ensino remoto se coloca como uma solução para a carga horária dos cursos que ficará pendente com as demissões massivas do governo para enxugar a máquina pública. A formação de mão de obra continuará acontecendo, mesmo que de forma parca, justamente por ser transmitida em partes ou totalmente pelas telas de notebook, tablets, celulares e computadores.

Por isso, é uma grande ingenuidade entender esse processo apenas como uma benfeitoria do representante da classe dominante, o governador, que estaria supostamente preocupado com os rumos da educação em tempos de crise sanitária e a necessidade de uma modernização das suas instituições. No caso do Brasil o ensino remoto ataca a classe trabalhadora duas vezes, em curto, médio e longo prazo por conta de tudo que foi apontado anteriormente em relação ao processo de precarização da educação e no plano imediato, por desviar a energia das universidades da linha de enfrentamento das crises sanitária e econômica para garantir um simples cumprimento de um calendário de aulas defasado por conta da atipicidade do ano.■